

FONTE : ESP

CLASS. : Constituinte

DATA : 27 05 88

PG. : 9 109

# Ecologistas ainda esperam mais

### AGÊNCIA ESTADO

Os líderes ecologistas do Rio de Janeiro comemoraram ontem as conquistas da Constituinte em favor da defesa do meio ambiente, conscientes de que ainda há muito trabalho para garantir, nas leis complementares, o cumprimento do texto constitucional. Eles lamentaram a não-aprovação de vários projetos que mobilizaram movimentos ecológicos de todo o País durante quase um ano.

Os grupos ligados ao deputado estadual Carlos Minc (PV-RJ) e ao deputado federal Fábio Feldmann (PMDB-SP), por exemplo, queriam a proibição expressa da fabricação de armas atômicas, a concessão de terras e reservas unicamente a índios que provarem não ser aculturados, a liberação de incentivos governamentais só para empresas que provarem não poluir o ambiente, a cobrança de uma taxa para o uso empresarial do meio ambiente e a divulgação pública obrigatória das penalidades impostas e dos prazos concedidos às empresas para a instalação de equipamentos de controle ambiental. Nada disso foi aprovado.

Minc considerou como principal vitória dos ecologistas a configuração de crime para as ações contra o meio ambiente: "Será um crime de responsabilidade do poluidor, que fica obrigado a reconstruir o que destruiu, além de correr o risco de ser condenado à prisão".

Em Belo Horizonte, a aprovação da nova lei que regulamentará o ecossistema brasileiro também foi recebida com entusiasmo. Para o presidente da Associação dos Biólogos de Minas Gerais, José Humberto Vieira Araújo, a transformação da floresta amazônica, do Pantanal matogrossense e da serra do Mar em patrimônio nacional é um grande avanço, já que o Brasil nunca teve um capítulo especial sobre o assunto na Constituição. Ele lembrou que o Estado é o maior poluidor, sempre pressionando o Legislativo e o Judiciário no não-cumprimento das leis do meio ambiente.

A inaposição de sanções penais e administrativas às pessoas físicas ou jurídicas que lesarem o meio ambiente ou a saúde pública foi um dos pontos mais importantes aprovados pela Constituinte, na opinião dos ecologistas de Porto Alegre. Eles também consideraram muito relevante a aprovação do inciso IV do parágrafo 1º, através do qual fica estabelecida a obrigatoriedade de lei federal para instalação de usinas nucleares, mediante aprovação do Congresso Nacional.

Em Brasília, a decisão dos constituintes agradou plenamente ambientalistas históricos, como o primeiro secretário Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto. Segundo ele, nenhuma outra constituição do mundo tem dispositivos tão completos.

Atualmente na Secretaria Ex-

traordinária para Assuntos do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, Nogueira Neto destacou também o progresso que representa a proibição de crueldade contra animais e lembrou que, há 15 anos, quem se preocupava com as questões ambientalistas era visto como suspeito.

O secretário da Cultura do Paraná, René Dotti, disse que a decisão da Constituinte de reservar um capítulo inteiro ao meio ambiente revela a vitória de lutas e sacrifícios que a sociedade civil vinha desenvolvendo por longos anos. E lembrou que, a partir de 1978, a luta dos ecologistas ganhou nova força com o fim da censura prévia à imprensa: "Antes disso, o Poder Público tudo decidia, sem consulta à comunidade, e a imprensa nada podia fazer por estar cerceada".

Em Pernambuco, o presidente da Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, Luiz Carlos Meneses, reagiu com euforia à aprovação do novo texto constitucional: "Foi uma excelente vitória, pois somos agora um dos poucos países do mundo a ter na sua Constituição diretrizes para o meio ambiente". Mas ele reconhece que é difícil a aplicação sistemática e adequada dessas diretrizes, por causa do despreparo cultural da comunidade brasileira com relação a esse tipo de problema. "Mas um grande passo foi dado", acrescentou.